

O PROFESSOR DO EJA (EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS) COMO AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Virnália Maria Fagundes da Costa Luna¹

Liliosa Santos Luna²

Virgínia Maria Fagundes da Costa Andrade³

RESUMO: O presente trabalho apresenta uma análise crítico-reflexiva sobre a função do educador na Educação de Jovens e Adultos (EJA) enquanto promotor de mudanças sociais, fundamentando-se nos princípios da pedagogia freireana. O propósito central desta investigação é examinar a práxis pedagógica do educador de EJA como elemento catalisador de emancipação social e exercício pleno da cidadania. Nessa direção, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: analisar a dimensão sociopolítica da docência na promoção e respeito à diversidade; explorar metodologias de ensino que estimulem a consciência crítica e a autodeterminação dos sujeitos; e mapear os obstáculos mais recorrentes no dia a dia da sala de aula. No plano metodológico, a investigação caracteriza-se como qualitativa, apoiada em levantamento bibliográfico e orientada por uma perspectiva interpretativa, dialogando com referenciais teóricos que tratam da EJA, da educação como prática da liberdade e da pedagogia crítica. Os achados da pesquisa demonstram que a docência na EJA, quando estruturada a partir do diálogo, do reconhecimento dos conhecimentos de mundo dos educandos e da centralidade do seu papel ativo no processo educativo, transforma a escola em espaço de ressignificação pessoal e de mobilização social. Conclui-se, assim, que o professor de EJA ocupa uma posição estratégica na articulação entre o saber formal e as vivências reais dos estudantes, desempenhando função crucial no combate às desigualdades educacionais e na concretização de uma educação genuinamente libertadora.

Palavras Chave: EJA. Sociedade. Docente.

¹ Especialista em educação de jovens e adultos - Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Professora de Educação Fundamental. Coordenadora da EJA - Secretaria Municipal de Educação de Casserengue - Escola Municipal de Ensino Fundamental Maria de Lourdes Silva.

² Especialista em Educação Básica - Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Professora de Educação Fundamental - Secretaria Municipal de Educação de Cacimba de Dentro - Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Gomes de Sousa.

³ Especialista em língua, linguagem e ensino - FIP (Faculdades Integradas de Patos). Professora de Educação Fundamental - Secretaria Municipal de Educação de Bananeiras - Escola Municipal de Ensino Fundamental Miguel Filgueira Filho.

ABSTRACT: This paper presents a critical-reflective analysis of the educator's role in Youth and Adult Education (EJA) as a promoter of social change, based on the principles of Freirean pedagogy. The central purpose of this investigation is to examine the pedagogical praxis of the EJA educator as a catalyst for social emancipation and the full exercise of citizenship. To this end, the following specific objectives were established: to analyze the socio-political dimension of teaching in the promotion and respect for diversity; to explore teaching methodologies that stimulate critical awareness and self-determination of individuals; and to map the most recurring obstacles in the daily life of the classroom. Methodologically, the investigation is characterized as qualitative, supported by a bibliographic survey and guided by an interpretative perspective, engaging with theoretical frameworks that address EJA, education as a practice of freedom, and critical pedagogy. The research findings demonstrate that teaching in Adult Education (EJA), when structured based on dialogue, recognition of students' world knowledge, and the centrality of their active role in the educational process, transforms the school into a space for personal re-signification and social mobilization. It is concluded, therefore, that the EJA teacher occupies a strategic position in the articulation between formal knowledge and the real experiences of students, playing a crucial role in combating educational inequalities and in achieving a genuinely liberating education.

Keywords: Adult Education. Society. Teacher.

I INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que tem como objetivo garantir o direito à educação àqueles que, por diferentes motivos, não puderam concluir seus estudos na idade regular. Mais do que uma política educacional compensatória, a EJA representa um espaço de transformação social, de reconhecimento de identidades e de reconstrução de trajetórias interrompidas pela exclusão escolar e pelas desigualdades socioeconômicas que historicamente marcam o contexto brasileiro (Pereira, 2024).

Nesse cenário, o papel do professor assume uma dimensão essencialmente humanizadora e emancipatória, tornando-se elemento central na promoção da cidadania, na conscientização crítica e na valorização dos saberes populares e culturais dos educandos.

O docente que atua na EJA não é apenas um transmissor de conhecimentos escolares, mas um mediador de experiências de vida, de realidades e de perspectivas. Ele tem a responsabilidade de construir uma prática pedagógica capaz de reconhecer o aluno como sujeito histórico, portador de saberes e participante ativo do processo de aprendizagem (Lima; Pires; Souza, 2020). Assim, o professor da EJA deve adotar uma postura reflexiva, crítica e inclusiva, que promova o diálogo entre o conhecimento sistematizado e as vivências concretas dos estudantes, permitindo a integração entre o saber acadêmico e o saber da vida cotidiana.

A atuação do professor da EJA como agente de transformação social está diretamente relacionada à concepção freireana de educação libertadora, que entende o ato de educar como prática de liberdade e processo de conscientização. Aguiar e Silva (2025) defende que a educação não pode ser neutra; ela é sempre um ato político, que ou contribui para a manutenção das estruturas de opressão ou atua em favor da sua transformação. Nesse sentido, o professor da EJA, ao valorizar as histórias e as experiências de seus alunos, promove um processo educativo que estimula a autonomia, o pensamento crítico e o empoderamento social.

A EJA é composta por sujeitos que, em sua maioria, vivenciam condições de vulnerabilidade social, econômica e educacional. São jovens e adultos que, por necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, por desigualdades regionais, raciais e de gênero, ou por ausência de políticas públicas efetivas, não tiveram acesso à educação formal na infância. Portanto, a escola e o professor têm o papel de reconhecer e acolher essas diversidades, criando um ambiente de aprendizagem que respeite os ritmos, os saberes prévios e as experiências dos educandos (Assis; Silva, 2025). Essa perspectiva requer uma prática pedagógica que vá além do ensino de conteúdos, buscando transformar o espaço escolar em um ambiente de formação integral.

Diante do exposto, o objetivo geral deste estudo consiste em analisar a atuação docente na Educação de Jovens e Adultos (EJA) como vetor de transformação social, examinando sua práxis à luz da pedagogia emancipatória e dos pressupostos freireanos. Busca-se, assim, compreender de que maneira o educador pode fomentar a edificação de uma escola inclusiva, democrática e sensível às singularidades dos estudantes.

Quanto aos objetivos específicos, esses são: examinar a função social e política do professor da EJA na promoção da equidade e na valorização da diversidade; analisar as estratégias didáticas e metodologias empregadas para o desenvolvimento da autonomia, do

pensamento crítico e da cidadania ativa; mapear os principais obstáculos e desafios enfrentados pelos docentes na efetivação de práticas emancipatórias voltadas a sujeitos historicamente marginalizados pelo sistema educacional.

A justificativa desta pesquisa assenta-se na relevância de compreender a atuação do professor da EJA como força de transformação em um país estruturalmente desigual. A EJA não é apenas uma modalidade de ensino, mas uma política de reparação social destinada a sujeitos historicamente excluídos — trabalhadores, negros, mulheres, periféricos — que tiveram o direito à educação negado ou interrompido por fatores que ultrapassam o individual e revelam processos de marginalização sistemática.

O professor, nesse cenário, não é um mero executor de currículos; ele é o mediador entre o saber formal e os conhecimentos produzidos nas vivências concretas dos educandos. Investigar como esse profissional pode atuar de forma crítica e emancipatória é fundamental para qualificar a EJA e torná-la de fato um espaço de pertencimento, valorização e cidadania. Ignorar essa dimensão política da docência é perpetuar práticas pedagógicas que invisibilizam as experiências dos sujeitos e reforçam a exclusão.

O estudo responde à necessidade de fortalecer o debate sobre práticas educativas dialógicas, sensíveis e plurais. Inspirado em Paulo Freire, o trabalho propõe que a educação seja compreendida como prática de liberdade, e não como reprodução de desigualdades. Nesse sentido, o professor da EJA é visto como um intelectual orgânico, capaz de mobilizar a consciência crítica e abrir caminhos para a emancipação.

REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Histórico do eja (educação de jovens e adultos) no brasil

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil está intimamente ligada aos processos de exclusão e inclusão social que marcaram a história nacional. Desde o período colonial, o acesso à educação foi restrito a grupos privilegiados, enquanto a maior parte da população especialmente os pobres, negros e indígenas foi privada desse direito básico (Duarte, 2024). As primeiras iniciativas voltadas à educação de adultos datam do século XIX, ainda de forma incipiente e limitada, voltadas principalmente à catequização e à instrução moral.

Somente no século XX a educação de adultos começou a ser reconhecida como uma necessidade social. Na década de 1940, com o avanço da industrialização e da urbanização, o Estado passou a perceber a importância da alfabetização como requisito para o desenvolvimento econômico e para a formação de mão de obra qualificada (Pereira, 2024). Nesse período, surgiram as primeiras campanhas nacionais de alfabetização, como o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), que se inspiraram em concepções pedagógicas humanistas e críticas.

A década de 1960 marcou um ponto de virada com a atuação de Paulo Freire, que propôs uma abordagem libertadora e política da educação de adultos. Seu método de alfabetização, baseado no diálogo, na problematização e na consciência crítica, rompeu com as práticas tradicionais e influenciou profundamente as políticas educacionais posteriores (Salomão; Silva, 2023).

Contudo, o golpe militar de 1964 interrompeu esse processo, e o governo substituiu as práticas emancipadoras por campanhas de alfabetização voltadas à adaptação do trabalhador ao sistema produtivo, como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), criado em 1967. Apesar de sua amplitude, o Mobral foi criticado por seu caráter tecnicista e por não promover uma formação crítica dos educandos (Ferreira; Pereira, 2023).

Com o processo de redemocratização nos anos 1980, o conceito de educação de adultos passou por uma ressignificação. A Constituição Federal de 1988 consolidou a educação como direito de todos e dever do Estado, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996) reconheceu oficialmente a EJA como modalidade de ensino da educação básica, voltada à equidade e à reparação social. Esses marcos legais representaram um avanço significativo no reconhecimento da EJA como política pública essencial (Brasil, 2020).

Na década de 2000, novas políticas foram criadas com o objetivo de ampliar a oferta e a qualidade da EJA. O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), instituído em 2003, buscou reduzir as taxas de analfabetismo e promover a formação inicial de professores. Já o Proeja (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de EJA), criado em 2005, propôs a integração entre educação básica e formação profissional, reconhecendo o trabalho como princípio educativo (Salomão; Silva, 2023). Esses programas consolidaram uma visão mais ampla da EJA, que não se limita à alfabetização, mas se estende à formação cidadã e profissional.

Nos últimos anos, o debate sobre a EJA tem sido atravessado por novas demandas sociais e tecnológicas. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017, reforçou a importância da educação ao longo da vida e da valorização das experiências dos sujeitos. Contudo, estudos recentes apontam que a EJA ainda enfrenta desafios estruturais, como a descontinuidade de políticas públicas e a falta de recursos específicos para sua manutenção (Duarte, 2024).

2.2 Papel social do professor do EJA

O papel social do professor na Educação de Jovens e Adultos (EJA) transcende o simples ato de transmitir conteúdos curriculares. Ele é, antes de tudo, um mediador entre o conhecimento sistematizado e as experiências de vida dos educandos, promovendo a emancipação intelectual, social e política. Nessa modalidade, o professor assume uma função transformadora, capaz de articular saberes escolares com saberes populares, construindo pontes entre a vivência cotidiana e o aprendizado formal (Lima; Pires; Souza, 2020).

A EJA é composta por sujeitos que, em sua maioria, foram historicamente excluídos do sistema regular de ensino, seja por motivos econômicos, sociais ou culturais. Assim, o papel do professor vai além do ensino de conteúdos disciplinares: ele atua como agente de inclusão e justiça social, possibilitando que esses indivíduos se reconheçam como cidadãos com direitos, potencialidades e histórias singulares (Aguar; Silva, 2025).

De acordo com Assis e Silva (2025), educar é um ato político e libertador. Essa perspectiva fundamenta a prática docente na EJA, pois o processo de ensino-aprendizagem deve ocorrer a partir do diálogo e da problematização da realidade. O professor, nesse sentido, não impõe o saber, mas constrói conhecimento junto aos educandos, valorizando a cultura, a linguagem e o contexto social de cada um. Trata-se de uma pedagogia da escuta, do respeito e da participação ativa, na qual o educador se torna um mediador da cidadania.

A mediação do conhecimento na EJA requer um olhar sensível e contextualizado sobre os sujeitos que dela participam. Os jovens e adultos que retornam à escola carregam consigo uma bagagem de saberes empíricos, adquiridos por meio do trabalho, da convivência familiar e das experiências comunitárias. O papel do docente, portanto, é reconhecer o valor desses saberes e utilizá-los como ponto de partida para o aprendizado formal, transformando o espaço

educativo em um lugar de trocas e construção coletiva (Santos; Silva; Bezerra; Araújo, 2025). A concepção de mediação, nessa perspectiva, vai além da transmissão de conteúdos;

envolve a criação de significados e a reconstrução do conhecimento com base na experiência dos alunos. Oliveira et. al., (2022) já afirmava que o aprendizado é um processo social, e o professor atua como facilitador do desenvolvimento, estimulando a interação e o pensamento crítico. Na EJA, esse papel ganha ainda mais relevância, pois o educador precisa considerar as diferenças geracionais, as trajetórias interrompidas e os desafios cotidianos que impactam o processo de aprendizagem.

O docente da EJA, enquanto mediador, também é responsável por estimular a autonomia intelectual e a consciência crítica dos estudantes. A formação de cidadãos participativos e politicamente engajados depende da capacidade do professor de incentivar a reflexão sobre os problemas sociais, econômicos e culturais que permeiam o cotidiano dos alunos. Assim, a escola deixa de ser apenas um espaço de instrução e passa a ser um ambiente de transformação social, no qual se aprende a pensar, agir e participar ativamente da sociedade (Assis; Silva, 2025).

Nesse processo, a cidadania é compreendida como prática e vivência, e não apenas como um conceito teórico. Ensinar para a cidadania implica promover o exercício dos direitos humanos, a valorização da diversidade e o respeito às diferenças. O professor da EJA deve estimular o senso de pertencimento e o reconhecimento do educando como sujeito de direitos, o que contribui diretamente para o fortalecimento da autoestima e da identidade social (Santos; Silva; Bezerra; Araújo, 2025).

2.3 Professor como agente de transformação social

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um espaço de reafirmação da dignidade humana e da reconstrução social, sendo o professor um sujeito essencial nesse processo. Na contemporaneidade, marcada pela desigualdade de oportunidades e pela exclusão educacional de grande parcela da população, o docente da EJA assume o papel de agente de transformação social, orientando sua prática pedagógica para a emancipação dos sujeitos e o fortalecimento da cidadania. Essa perspectiva se fundamenta nos princípios da educação libertadora, que compreende o ato educativo como um processo dialógico, crítico e voltado à formação integral do indivíduo (Alves, 2020).

A prática pedagógica emancipadora propõe que o ensino vá além da transmissão de conteúdos formais, incorporando a vivência e as experiências socioculturais dos educandos. O professor atua como mediador entre o conhecimento científico e o saber popular, promovendo um ambiente de aprendizagem participativo e reflexivo. Conforme Manuel; Kinhama e Nascimento (2023), a pedagogia emancipadora busca o empoderamento dos sujeitos marginalizados, permitindo-lhes compreender e intervir na realidade em que vivem. Assim, o papel do professor da EJA ultrapassa a dimensão técnica e alcança a esfera ética e política da educação.

Sob essa ótica, a prática docente precisa estar ancorada em metodologias que incentivem o diálogo, a reflexão e a criticidade. Santos (2024) já afirmava que o diálogo é o principal instrumento de libertação, pois é por meio dele que o aluno se reconhece como sujeito histórico capaz de transformar o mundo. Dessa forma, o professor deve adotar estratégias que estimulem a construção coletiva do conhecimento, respeitando as múltiplas formas de expressão dos alunos e valorizando seus saberes prévios.

Segundo Araújo et al. (2024), essa abordagem favorece o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica, tornando o processo educativo um ato político de resistência e de reconstrução social. Ao reconhecer que toda prática pedagógica está imersa em relações de poder, a perspectiva emancipadora proposta pelos autores reforça a necessidade de romper com modelos tradicionais, verticalizados e autoritários de ensino. Assim, o processo educativo passa a ser compreendido como espaço de diálogo, problematização e transformação, no qual educadores e educandos constroem conhecimento de forma colaborativa e consciente.

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa compreensão adquire relevância ainda maior, uma vez que os estudantes dessa modalidade são sujeitos cujas trajetórias escolares foram, em grande parte, atravessadas por interrupções, negações sistemáticas e múltiplos processos de exclusão educacional e social. Conforme argumenta Santos (2024), as práticas pedagógicas emancipatórias direcionadas a esse público precisam considerar de maneira aprofundada as especificidades desses indivíduos, que frequentemente carregam marcas de vulnerabilidades sociais, econômicas, culturais e emocionais, decorrentes de suas histórias de vida marcadas pela marginalização.

Entre os desafios mais recorrentes enfrentados por esses educandos, destacam-se: a necessidade de conciliar extensas jornadas de trabalho — muitas vezes precarizadas e informais

com responsabilidades familiares complexas e com o tempo dedicado aos estudos; a baixa autoestima acadêmica, alimentada por experiências anteriores de fracasso escolar, estigmatização e desvalorização de suas capacidades cognitivas; além das condições materiais desfavoráveis como falta de alimentação adequada, moradia precária, ausência de transporte público eficiente e carência de recursos didáticos que impactam diretamente tanto o acesso quanto a permanência no ambiente educativo.

Ademais, é imprescindível considerar que muitos educandos da EJA vivenciam diariamente processos de invisibilização social, sendo afetados por desigualdades estruturais de classe, raça, gênero e território que se manifestam como barreiras concretas e simbólicas ao desenvolvimento pessoal, profissional e cidadão. Essas desigualdades não são meras circunstâncias individuais, mas expressões de um sistema social que historicamente negou direitos fundamentais a determinados grupos.

Nesse sentido, o papel da escola ultrapassa em muito a mera transmissão mecânica de conteúdos curriculares: ela precisa constituir-se como um espaço efetivo de acolhimento, pertencimento, reconhecimento identitário e reconstrução crítica de trajetórias. Isso envolve o desenvolvimento de práticas pedagógicas que estimulem a confiança dos educandos em suas próprias capacidades, a participação ativa e democrática nos processos de ensino-aprendizagem, a leitura crítica e contextualizada do mundo social e político, e a compreensão consciente de seus direitos sociais, trabalhistas e humanos (Santos, 2024).

Diante dessa realidade, a postura do educador assume papel central. Exige-se dele ou dela uma atuação sensível, acolhedora e comprometida com a inclusão, capaz de reconhecer os educandos como sujeitos históricos, portadores de saberes e potências. Para isso, é fundamental que o docente desenvolva práticas que dialoguem com a realidade social dos alunos, valorizem seus conhecimentos prévios e promovam o protagonismo na construção do próprio aprendizado (Alves, 2020). A escuta ativa, o respeito às diferenças, a flexibilização curricular e a criação de ambientes de aprendizagem que estimulem a participação são estratégias essenciais para fortalecer o vínculo pedagógico e favorecer processos formativos mais significativos.

Práticas pedagógicas comprometidas com a emancipação devem buscar não apenas a transmissão de conteúdos, mas também a formação crítica e cidadã, estimulando os estudantes da EJA a compreenderem suas condições de existência e a exercerem seus direitos sociais. Nesse sentido, a educação torna-se ferramenta de empoderamento, permitindo que os educandos

reconstruam sua relação com o conhecimento, ressignifiquem suas vivências e ampliem suas possibilidades de atuação no mundo.

Nesse sentido, o professor deve compreender que ensinar jovens e adultos não é simplesmente adequar conteúdos, mas repensar o processo educativo a partir de suas vivências e histórias de vida (Santos, 2024). Essa dimensão humana da prática docente possibilita o fortalecimento da autoestima e o resgate da confiança dos educandos no próprio potencial de aprender.

Nesse cenário, é imperativo que o educador da EJA adote uma postura mediadora, implementando metodologias que sejam intrinsecamente participativas e profundamente contextualizadas à realidade do estudante. As práticas emancipatórias devem ir além da aula expositiva, incorporando estratégias como a elaboração de projetos interdisciplinares que rompem com a fragmentação do saber, debates estruturados sobre temas sociais urgentes, rodas de conversa para a troca de saberes, estudos do meio que exploram o território local e a produção textual ancorada nas narrativas de vida dos próprios alunos (Colares; Fonseca; Colares, 2021).

Tais abordagens não são meros recursos didáticos; elas funcionam como dispositivos de empoderamento, fundamentais para que o estudante se reconheça não como um receptor passivo, mas como protagonista ativo de seu processo de aprendizagem e sujeito capaz de desenvolver competências críticas para intervir e modificar sua realidade.

10

Conforme destacam Silva e Holanda (2025), ao apostar em metodologias ativas e colaborativas, a EJA cria uma ponte necessária entre a teoria e a prática, amalgamando o saber científico formal com a rica experiência cotidiana do adulto. É essa fusão que promove uma aprendizagem verdadeiramente significativa, na qual o conhecimento adquirido serve como ferramenta de leitura do mundo e de transformação social.

Outro aspecto essencial das práticas pedagógicas emancipadoras é o compromisso com a justiça social e a equidade educacional. A EJA tem a função de corrigir desigualdades históricas e oferecer uma segunda oportunidade a quem foi excluído do sistema formal de ensino. Portanto, o professor precisa compreender seu papel social como um agente de inclusão e de fortalecimento das identidades culturais e sociais dos educandos. De acordo com Araújo et. al., (2024), o professor emancipador é aquele que reconhece o potencial dos alunos, valoriza a diversidade e cria condições para que todos possam desenvolver suas capacidades cognitivas e humanas.

Nesse contexto, a formação continuada dos professores é um elemento indispensável para o desenvolvimento de práticas emancipatórias eficazes. O educador da EJA deve manter-se atualizado quanto às novas teorias pedagógicas, políticas públicas e metodologias que favoreçam o protagonismo dos alunos. A formação docente deve incluir reflexões sobre os desafios da contemporaneidade, como o uso de tecnologias digitais, a inclusão de alunos com deficiência e a abordagem das questões de gênero e raça (Brasil, 2020). Assim, a emancipação não é apenas um objetivo da educação, mas um processo permanente de aprendizagem e transformação.

O trabalho pedagógico emancipador também se apoia em uma concepção de avaliação formativa, que valoriza o percurso individual e coletivo dos educandos. Avaliar de forma emancipadora significa reconhecer os avanços, respeitar os tempos de aprendizagem e incentivar o desenvolvimento da autonomia. Segundo Colares; Fonseca e Colares (2021), a avaliação na EJA deve ser compreendida como um ato de diálogo e reflexão, não como instrumento de punição ou exclusão. Dessa forma, o professor atua como orientador do processo de aprendizagem, estimulando o pensamento crítico e a autoconfiança dos alunos.

3 METODOLOGIA

11

Esta investigação apresenta-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com caráter bibliográfico e descritivo, apoiada em referenciais teóricos que tratam da Educação de Jovens e Adultos (EJA), da função do professor como promotor de mudanças sociais e das práticas pedagógicas de cunho emancipatório. A adoção da abordagem qualitativa justifica-se pelo caráter interpretativo do estudo, que objetiva compreender os sentidos conferidos às práticas docentes no âmbito da EJA, destacando as dimensões subjetivas, sociais e culturais inerentes ao processo educacional.

O estudo bibliográfico desenvolveu-se mediante a análise de artigos científicos, obras teóricas, legislações educacionais e documentos institucionais relacionados à EJA e à prática docente nessa modalidade. O mapeamento teórico viabilizou a elaboração de um referencial crítico-reflexivo acerca das práticas pedagógicas, das abordagens metodológicas utilizadas e dos obstáculos vivenciados pelos professores que lidam com jovens e adultos inseridos em contextos de vulnerabilidade social.

A análise do corpus alicerçou-se em uma perspectiva dialógica e interpretativa, ancorada nos princípios da pedagogia freireana. Essa escolha metodológica permitiu perscrutar o papel docente sob um viés crítico, superando a concepção da prática educativa como mera transmissão mecânica de conteúdo para compreendê-la como um ato intrinsecamente político, ético e social. Sob essa ótica, a abordagem dialógica revelou a educação como um instrumento de libertação e cidadania, situando o educador como um mediador que orienta, provoca e fomenta a formação integral. Ao substituir a verticalidade autoritária por vínculos de confiança e respeito, o professor cria as condições necessárias para que o diálogo se estabeleça como uma práxis pedagógica transformadora.

Por meio desse percurso investigativo, buscou-se refletir profundamente sobre a atuação do docente da EJA na construção de uma escola inclusiva e democrática. Dada a heterogeneidade de trajetórias e identidades que constituem o público da modalidade, o estudo enfatizou a necessidade de uma postura acolhedora e flexível, comprometida com a validação dos conhecimentos prévios. A análise destacou a relevância de estratégias que situem o estudante como protagonista, estimulando sua autonomia, criatividade e senso crítico.

Ademais, evidenciou-se como a teoria freireana fundamenta intervenções que transcendem a escolarização tardia, promovendo processos formativos sintonizados com a realidade sociocultural dos sujeitos. Ao legitimar saberes populares, comunitários e laborais historicamente invisibilizados no currículo, a prática docente ganha densidade e significado. Reafirma-se, assim, o imperativo de uma educação emancipatória na EJA, capaz de mitigar desigualdades e formar sujeitos autônomos e socialmente atuantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise teórica empreendida demonstrou que o educador na Educação de Jovens e Adultos (EJA) exerce uma função crucial na articulação entre o saber sistematizado e a realidade sociocultural dos alunos, operando como um vetor de mudança social. A literatura consultada evidencia que sua prática transcende a mera transmissão de informações, requerendo uma conduta reflexiva, crítica e alinhada aos ideais de equidade e justiça social (Lima; Pires; Souza, 2020; Aguiar; Silva, 2025).

Evidencia-se que a prática docente na EJA, ao fundamentar-se em uma pedagogia emancipatória, é capaz de fortalecer a autoestima, fomentar o pensamento crítico e consolidar

o exercício da cidadania. Ao compreender os estudantes em sua integralidade — considerando suas trajetórias de vida, experiências laborais e as frequentes interrupções em seus percursos escolares, o educador transforma essas vivências em alicerces para a construção do conhecimento. Nesse contexto, o ensino transcende a mera transmissão de conteúdos estáticos, configurando-se como um processo dialógico onde os saberes escolares são constantemente tencionados e enriquecidos pela realidade concreta dos alunos.

Essa abordagem alinha-se rigorosamente à pedagogia freireana, que concebe a educação não como mera transmissão de conhecimentos, mas como uma prática de liberdade, voltada à conscientização crítica e à transformação social (Assis; Silva, 2025; Santos, 2024). Para Freire, educar é um ato político que visa à emancipação dos sujeitos oprimidos, rompendo com a "educação bancária" aquela que trata o educando como recipiente vazio a ser preenchido para instaurar uma pedagogia dialógica, na qual o conhecimento é construído coletivamente.

Sob essa ótica, o professor da EJA não pode limitar-se à função técnica de transmissor de conteúdos; ao contrário, assume uma postura ética e crítica, comprometendo-se com a problematização sistemática das desigualdades sociais, das estruturas de exclusão e dos mecanismos de opressão que permeiam a vida dos educandos.

A escuta sensível e o diálogo horizontalizado tornam-se não apenas ferramentas metodológicas, mas verdadeiros pilares epistemológicos de uma relação pedagógica humanizadora. Ao validar o educando como sujeito de direitos, portador de história, produtor de cultura e agente ativo na construção do conhecimento, o docente rompe com a lógica hierarquizada que tradicionalmente marca a escola. Essa postura de acolhimento implica, concretamente, em reconhecer que as demandas, expectativas, anseios e dificuldades dos estudantes não são obstáculos ao planejamento pedagógico, mas sim sua matéria-prima essencial.

Dessa forma, o professor é continuamente desafiado a adaptar metodologias, reconfigurar linguagens, revisar tempos didáticos e selecionar recursos que dialoguem com a realidade concreta dos sujeitos da EJA. Esse movimento promove, simultaneamente, a autonomia intelectual capacidade de pensar criticamente, questionar e propor alternativas e a valorização pessoal, elemento subjetivo fundamental para quem carrega marcas de exclusão educacional e social.

Ademais, a legitimação dos saberes populares aqueles oriundos do trabalho manual e intelectual, da organização comunitária, das práticas religiosas, das manifestações culturais locais e das estratégias de sobrevivência cotidiana configura-se como condição indispensável para uma educação verdadeiramente democrática e significativa.

Esses saberes, historicamente marginalizados pela escola tradicional, precisam ser reconhecidos não como "pré-conhecimentos" inferiores a serem superados, mas como epistemes legítimas, dotadas de racionalidade própria e profundamente enraizadas na experiência vivida. Cabe aos professores, portanto, a tarefa complexa de integrar esses repertórios ao currículo escolar (Oliveira et al., 2022; Santos; Silva; Bezerra; Araújo, 2025), estabelecendo pontes entre o conhecimento científico e o saber da experiência.

Essa integração pode materializar-se por meio de estratégias diversificadas: a utilização de temas geradores — conceito freireano que propõe partir de palavras ou situações-problema extraídas da realidade dos educandos para organizar o processo de alfabetização e ensino; o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que articulem diferentes áreas do conhecimento em torno de questões relevantes para a comunidade escolar; ou ainda a análise crítica de situações cotidianas, nas quais os conteúdos curriculares são mobilizados para compreender, interpretar e intervir na realidade. Ao operar dessa forma, o professor não apenas facilita a

14

aprendizagem, mas também contribui para a descolonização do currículo, promovendo uma educação que respeita a diversidade epistemológica e fortalece a identidade cultural dos sujeitos da EJA.

Essa articulação entre conhecimento científico e sabedoria cotidiana revela-se fundamental para a permanência discente. Quando o estudante reconhece sua própria história nos conteúdos abordados, ele deixa de ser um espectador passivo para tornar-se coautor do processo educativo. Ao romper a hierarquia entre o saber acadêmico e o experiencial, a escola promove uma inclusão cognitiva e simbólica, favorecendo trajetórias educacionais mais contínuas, significativas e socialmente transformadoras.

A análise dos dados aponta que a adoção de metodologias participativas — com destaque para as rodas de conversa, o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e a constante problematização da realidade exerce um papel crucial no fomento à autonomia intelectual e ao protagonismo dos estudantes (Colares; Fonseca; Colares, 2021; Silva; Holanda, 2025).

Tais estratégias pedagógicas rompem com a verticalidade do ensino tradicional, permitindo que o processo de aprendizagem seja pautado pelo diálogo horizontal e pela troca de saberes. Ao respeitar os distintos ritmos de aprendizagem e acolher as singularidades biopsicossociais dos sujeitos da EJA, essas abordagens não apenas facilitam a apropriação do conhecimento, mas também reafirmam o compromisso ético-político com uma educação genuinamente inclusiva, democrática e humanizadora.

Contudo, a implementação plena dessas práticas encontra barreiras significativas na realidade material das escolas. O levantamento evidenciou obstáculos estruturais persistentes no cotidiano docente, tais como a descontinuidade e instabilidade das políticas públicas educacionais, a precarização das condições laborais e, de modo alarmante, a escassez de ofertas de formação continuada voltada especificamente para as especificidades andragógicas da EJA (Duarte, 2024; Ferreira; Pereira, 2023).

Esses entraves geram uma tensão dialética no fazer docente: embora haja vontade pedagógica para emancipar, a falta de recursos e o suporte institucional insuficiente muitas vezes inviabilizam a concretização dessas intenções. Conclui-se, portanto, que a superação desse cenário não depende apenas do esforço individual do professor, mas exige intervenções estatais robustas. É imperativo que o Estado assegure políticas de Estado, e não apenas de governo, garantindo a valorização do magistério e condições dignas para que a qualidade do ensino na EJA deixe de ser uma meta retórica e se torne uma realidade efetiva.

Os resultados ratificam a premissa de que o professor da EJA é um agente indispensável para a transformação social. Sua atuação crítica e engajada colabora para a edificação de um ambiente escolar que respeita as múltiplas identidades, promove a equidade e consolida a cidadania. Essa práxis, orientada pela valorização do outro e pela defesa de uma educação libertadora, constitui-se como um instrumento de resistência e de resgate de trajetórias marcadas pela exclusão escolar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação propiciou uma análise crítica sobre a atuação docente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), ratificando o papel do professor como agente de transformação social. Alicerçado na teoria freireana e em práticas emancipatórias, o estudo

concluiu que a docência nessa modalidade transcende a mera instrução conteudista, configurando-se como um ato ético, político e fundamentalmente humanizador.

A revisão bibliográfica demonstrou que a legitimação dos saberes populares, aliada ao fomento do pensamento crítico e à prática da escuta sensível, constitui a base de uma pedagogia significativa. Ao reconhecer os estudantes como sujeitos históricos e de direitos, o docente promove não apenas a apropriação do conhecimento, mas também o resgate da autoestima, da identidade e da cidadania, estimulando o protagonismo de sujeitos historicamente marginalizados.

Constatou-se, ademais, que a adoção de metodologias participativas, interdisciplinares e contextualizadas é decisiva para uma aprendizagem libertadora. Tais estratégias convertem a escola em um espaço de diálogo e construção coletiva, essenciais para romper os ciclos de exclusão educacional.

Contudo, a efetivação dessa práxis enfrenta obstáculos estruturais severos, nomeadamente a descontinuidade de políticas públicas, a precariedade de recursos e a insuficiência de formação continuada específica. Evidencia-se, portanto, a urgência de que o Estado assuma sua responsabilidade na garantia das condições materiais necessárias ao exercício docente.

Pode-se concluir que, o professor da EJA reafirma-se como peça central na edificação de uma educação inclusiva e transformadora. Sua atuação, orientada pela justiça social e pelo respeito às singularidades discentes, é vital para a ressignificação do espaço escolar. Mais que ensinar, o educador da EJA atua na emancipação e na (re)construção de trajetórias de vida um processo que transforma, dialeticamente, tanto o aluno quanto o próprio professor.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Douglas Ferreira; SILVA, Nívia. Ensino e aprendizagem de jovens e adultos: reflexões sobre o papel docente. *Revista Di Fatto*, v. 3, p. 20-35, 2025. Disponível em: <https://revistadifatto.com.br/artigos/ensino-e-aprendizagem-de-jovens-e-adultos-reflexoes-sobre-o-papel-docente/>.

ALVES, Francisco Marcos. O professor como agente de transformação social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENSINO E FORMAÇÃO DOCENTE, 2020,

Redenção. Anais... Redenção (CE): UNILAB, 2020. Disponível em:<https://www.even3.com.br/anais/cief2020/236610-o-professor-como-agente-de-transformacao-social>.

ARAÚJO, José Marques de; SOARES, Loyd Nunes Vieira; SANTOS, Daniella dos;

FERREIRA, Elilson José Campos; DOMINGOS, Maria Angélica de Carvalho. Educação como agente de transformação social: desafios e possibilidades. *Missioneira*, Santo Ângelo, v. 26, n. 1, 2024. DOI: 10.46550/7hbtvw39. Disponível em:<https://cemipa.com.br/revistas/index.php/missioneira/article/view/67/56>.

ASSIS, Marli Vieira Lins de; SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. Educação de Jovens e Adultos e a formação inicial de professores: desafios e possibilidades. *Educação (Santa Maria)*, Santa Maria, v. 50, n. 1, e37/1-22, 2025. Disponível em:<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/85979>.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394/1996. Brasília: MEC, 2020.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; FONSECA, André Dione; COLARES, Anselmo Alencar. A educação no processo de transformação social: refletindo sobre a prática docente. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 21, n. 00, p. e021003, 2021. DOI:10.20396/rho.v21i00.8660256. Disponível em:<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8660256>.

DUARTE, E. D. História da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil: panoramahistórico, político e social. *Revista Veritas de Difusão Científica*, v. 5, n. 2, p. 237-259, 2024. DOI: 10.61616/rvdc.v5i2.85. Disponível em:<https://revistaveritas.org/index.php/veritas/article/download/85/1140/3109>.

FERREIRA, D.; PEREIRA, E. C. A educação de jovens e adultos e a formação de professores e professoras no Brasil: história, políticas e perspectivas. *EJA em Debate*, v. 12, n. 21, 2023. Publicado em 16 maio 2025. Disponível em:<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/EJA/article/view/3468>.

LIMA, W. R.; PIRES, L. L. A.; SOUZA, P. H. A educação de jovens e adultos: o educando e o contexto da pandemia. *Itinerarius Reflectionis*, v. 16, n. 1, p. 1-20, 2020. Disponível em:<https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/65616>.

MANUEL, Fernando António; KINHAMA, Victorino Correia; NASCIMENTO, Maria

Adelina Lima. Papel social do professor como agente educador. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 22-46, 2023. DOI:10.51891/rease.v9i1.8136. Disponível em:<https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8136>.

OLIVEIRA, Tamirys Bezerra Figueiredo de; et al. Estratégias metodológicas para estimular o interesse do aluno EJA. *Essentia*, Sobral, v. 23, n. 2, p. 39-47, 2022. Disponível em: <https://essentia.uvanet.br/index.php/ESSENTIA/article/view/432>.

PEREIRA, J. D. Educação de jovens e adultos: um contexto histórico e legal. *Rebena – Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem*, v. 8, p. 64-76, 2024. Disponível em: <https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/189>.

SALOMÃO, V. M. M.; SILVA, I. E. Educação de jovens e adultos: contexto histórico, invisibilidade e a prática educativa. *Ícone – Revista de Letras*, v. 23, n. 2, 2023. DOI: 10.31668/icone.v23i2.13580. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/icone/article/view/13580>.

SANTOS, Maria Eliane Ferreira dos. As tendências educacionais e o papel do professor. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, [S. l.], v. 10, n. 7, p. 2273-2285, 2024. DOI: 10.51891/rease.v10i7.14959. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/14959>.

SANTOS, Ana Claudia Alves dos; SILVA, Micael Campos da; BEZERRA, Francisco Damião; ARAUJO, Edvaldo Silva. Educação de Jovens e Adultos e TDIC's: caminhos para a inovação pedagógica e a formação cidadã. *Revista Científica Tópicos*, [S. l.], 25 ago. 2025. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/educacao-de-jovens-e-adultos-e-tdic-rsquo-s-caminhos-para-a-inovacao-pedagogica-e-a-formacao-cidada>.

SILVA, Audiene Araújo da; HOLANDA, Magno de Souza. Saberes docentes e prática transformadoras: caminhos na formação de educadores. *Revista Tópicos – Revista Científica*, [S. l.], 28 out. 2025. DOI: 10.5281/zenodo.17460642. Disponível em: <https://revistatopicos.com.br/artigos/saberes-docentes-e-praticas-transformadoras-caminhos-na-formacao-de-educadores>.